

## Direitas Revolucionárias no Cone Sul

### *Revolutionary Rights in the Southern Cone*

### *Derechas Revolucionarias en el Cono Sur*

Ricardo Mendes\*

<https://orcid.org/0000-0001-9817-9325>

RESUMO: A ideia de revolução alcançou enorme prestígio em boa parte do mundo nos anos 1960 e 1970. Assinalo aqui que as análises acadêmicas frequentemente abordam esse conceito a partir de suas referências à esquerda que a palavra apresenta. Considerando documentos primários bem como a bibliografia sobre o período, nessa aproximação com o tema procuro indicar que o termo foi incorporado de forma positiva por parcelas das direitas que participaram dos golpes civil-militares no Cone Sul. Ao mesmo tempo que os usos do termo indicam vínculos com um significado de revolução apresentado pelas esquerdas quanto às ideias de refundação e ruptura, isso se desenvolveu associado com uma reconfiguração representacional que sinaliza para um tipo distinto de revolução.

Palavras-chave: Revolução. Direitas. Ditaduras civil-militares.

---

\* Professor Associado de História da América no Departamento de História. Possui mestrado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) com bolsa de pesquisa CNPq (1996), doutorado em História com bolsa de pesquisa CAPES pela Universidade Federal Fluminense (UFF - 2003) e pós-doutorado em História da América pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ - 2008) com bolsa FAPERJ. Desde 2015 é Coordenador do curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em História Política (PPGH) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Participa do grupo de Pesquisa Brasil Republicano – que congrega pesquisadores em História Cultural e Política (BR-PEHCP). É Investigador Associado do GT da ANPUH e do GRPESQ “Direitas, História e Memória”. Atualmente desenvolve trabalhos de pesquisa cujo foco central são as direitas no cone sul abordando aspectos como a memória sobre os regimes civil-militares, representações da imprensa de direita sobre a Revolução Cubana e cultura política das direitas nos anos 1960 e 1970. Atua principalmente nos seguintes temas: direitas, regimes militares, América Latina, Cinema e Memória. Autor de diversos capítulos de livros (“Novas Direitas, Velhos Discursos?” capítulo do livro *Velhas e Novas Direitas - a atualidade de uma polêmica*; e “Jules Dubois e a Revolução Cubana: imparcialidade da imprensa ou ação política?”, capítulo do livro *Revolução Cubana: Ecos, Dilemas e Embates na História e na Historiografia da América Latina*) e artigos em revistas acadêmicas (“Anticomunismo, Democracia e Geopolítica segundo Pinochet”, Revista de História da Unisinos; Ditaduras civil-militares no Cone Sul e a Doutrina de Segurança Nacional - algumas considerações sobre a Historiografia, Revista Tempo e Argumento, dentre outros). Um dos organizadores do livro *Revolução Cubana: Ecos, Dilemas e Embates na História e na Historiografia da América Latina* (IFS, 2019) é autor do livro *Visões das Direitas no Brasil 1961-1965* (Editora Multifoco/FAPERJ, 2020), com lançamento previsto para 2021. E-mail: rasmric5@gmail.com.

ABSTRACT: The idea of revolution achieved enormous prestige in much of the world in the 1960s and 1970s. That academic analyses often approach this concept from their references to the left that the word presents. Considering primary documents as well as the bibliography about the period, in this approximation with the theme, I try to indicate that the term was positively incorporated by portions of the rights that participated in the civil-military coups in the Southern Cone. At the same time that the uses of the term indicate links with a meaning of revolution presented by the leftists regarding the ideas of reFOUNDATION and rupture, this developed associated with a representational reconfiguration that signals a distinct type of revolution.

Keywords: Revolution. Rights. Civil-military dictatorships.

RESUMEN: La idea de revolución alcanzó un enorme prestigio en gran parte del mundo en las décadas de 1960 y 1970. Señalo aquí que los análisis académicos a menudo abordan este concepto a partir de sus referencias a la izquierda que presenta la palabra. Considerando los documentos primarios, así como la bibliografía sobre el período, en esta aproximación con el tema trato de indicar que el término fue incorporado positivamente por partes de los derechos que participaron en los golpes de estado civil-militares en el Cono Sur. Al mismo tiempo que los usos del término indican vínculos con un significado de revolución presentado por los izquierdistas con respecto a las ideas de refundación y ruptura, esto se desarrolló asociado con una reconfiguración representacional que señala un tipo distinto de revolución.

Palabras clave: Revolución. Derechas. Dictaduras civil-militares.

### Como citar este artigo:

Mendes, Ricardo. “Direitas Revolucionárias no Cone Sul”. *Locus: Revista de História*, 27, n.1 (2021): 365-398.

\*\*\*

### Introdução

Os anos 1950 e 1960 foram marcados pela disseminação da ideia de revolução não somente na América Latina, mas por boa parte do mundo. Analisando o século XX, Hobsbawm considera que as revoluções estiveram significativamente presentes ao longo da sua segunda metade (Hobsbawm 1994). Nessa direção vai também Tulio Halperin Donghi, para quem a independência da Indonésia e da Índia, a Revolução Egípcia e os progressos realizados pela África na direção da emancipação levaram uma parte destas nações na direção não apenas de Marx, mas também de Lênin (Donghi 1975). Assim, nesses eventos ocorridos, quase todos na seqüência da vitória da Revolução Chinesa, embora se tratasse efetivamente de confrontos que objetivavam a obtenção da

---

independência política, acabaram por assumir um caráter revolucionário, minimamente em sua retórica de confrontação com as potências europeias imperialistas.

En la primera mitad de la década del 60 en toda America Latina se vivió un entusiasmo generalizado hacia proyectos políticos revolucionarios que prometían quebrar el orden institucional – político, económico y social – que hasta entoces había favorecido a las elites tradicionales (...). La revolución se convirtió en una palabra prestigiosa, casi mágica, invocada por doquier (Sutil 2005, 286).

Em sua avaliação dos anos 1960 e 1970 na Argentina, Julio Santucho, então militante político do PRT-ERP<sup>1</sup>, também percorre esse caminho para indicar a importância que a ideia de revolução apresentava naquele momento. Afirma que o contexto, marcado pela desvalorização da democracia e pela apologia da proposta revolucionária na América Latina, foi estimulado pelo cenário transformador no âmbito mundial. Assim, “al calor del movimiento de emancipación de las colonias, del clima de guerra fría y de la crisis del marxismo”, muitos acreditaram que se colocava “la posibilidad de una ruptura definitiva con el capitalismo y del asalto final a las ciudadelas del imperio” (Santucho 2005, 20). E afirma que diversos grupos da esquerda defendiam naquele momento a “Revolución Latinoamericana” influenciados pela vitória da Revolução Cubana (Santucho 2005, 52).

Por fim, cito Maria Paula Araújo na avaliação que faz do cenário brasileiro do mesmo período. A autora considera que as experiências internacionais com a valorização da ação política direta se apresentavam demarcadas pelo questionamento tanto da democracia quanto do jogo político parlamentar. A defesa da violência revolucionária, nesse sentido, seria resultante desse desgaste da democracia representativa, esvaziando a ação político-partidária enquanto instrumento de transformação e de resolução de problemas (Araujo 2006, 256-7).

As análises citadas acima, contudo, focam suas atenções principalmente na forma pela qual as forças políticas situadas à esquerda<sup>2</sup> do espectro político daquele momento acabaram por prestigiar a ideia de revolução. Ampliando um pouco mais o escopo de análise sobre as obras a registrar a importância que a temática possuía nesse momento, tem-se o trabalho de Arturo

---

<sup>1</sup> Partido Revolucionario de los Trabajadores- Ejército Revolucionario del Pueblo - Agremiação da esquerda argentina que passou a defender a luta armada inspirada no guevarismo. Foi essa a perspectiva que predominou após o IV Congresso do Partido, ocorrido em 1968, quando o embate entre Roberto Santucho e Nahuel Moreno redundou na saída do primeiro, defensor do privilégio da luta política sobre a opção armada (Santucho 2005, 66).

<sup>2</sup> O conceito aqui adotado de esquerda fundamenta-se na perspectiva de Norberto Bobbio. Segundo o autor, situam-se no campo das esquerdas aqueles que concebem a igualdade como algo natural e que a desigualdade se estabelece socialmente. Nesse sentido, a premissa desse campo político seria o estabelecimento do fim da desigualdade. No entanto, o Autor aponta igualmente a importância que a conjuntura e o contexto possuem na medida em que influenciam no desenvolvimento de diferentes estratégias por parte dos variados atores políticos situados nesse campo para alcançar os objetivos propostos. E é nesse sentido que Bobbio fala em esquerdas no plural (Bobbio 1995, 91 e ss).

Fontaine Aldunate.<sup>3</sup> Personagem político dos anos 1960 e 1970, em *Todos querían la Revolución* (2000) o autor indica a existência de quatro perspectivas sobre experiências pretensamente revolucionárias que estariam a influenciar não apenas os rumos da história chilena, mas de toda a América Latina naquele momento. Nesse sentido, a abordagem avança sobre a identificação da presença da revolução enquanto paradigma referencial a habitar o imaginário político de diferentes grupos, e não exclusivamente àqueles situados à esquerda do espectro político.

Duas dessas representações sobre o que seriam essas experiências encontram suas origens dentre as esquerdas. A proposta revolucionária cubana, denominada pelo autor como a “Revolución de Fidel” estaria caracterizada pelo extremismo das reivindicações e pela violência. Na mesma direção se encaminharia “La Revolución de Allende”, forma pela qual o autor denomina a proposta política que buscou ser implementada por Salvador Allende ao longo dos mil dias em que esteve na presidência da República no Chile, entre 1970 e 1973. Essa, ainda que tenha alentado a possibilidade de uma ruptura de caráter pacífico e não violento, teria acabado por aproximar-se cada vez mais do modelo Cubano, ao privilegiar o recurso à violência, segundo Aldunate. Ambas, para o autor, comprometiam a estabilidade de toda a região (Aldunate 2000, 26). Observa-se que a abordagem do autor acerca dessas perspectivas revolucionárias é negativa, desdobramento do seu posicionamento político.

De outro lado, a “Revolución de Kennedy”. Assim Aldunate nomeia a proposta norte-americana da “Aliança Para o Progresso”<sup>4</sup>. Embora reativa e marcada pelo que Aldunate considera por uma contra-ofensiva ao modelo cubano, também se encaminhava na direção das rupturas estruturais no plano social e econômico. Afirma o autor:

Es imposible no ver en la Alianza un proyecto de contraofensiva destinada a conjurar los desafíos de la revolución cubana, como parte de la guerra fría, y es visible también que la alusión a cambios sociales y económicos así como el empleo de la palabra revolución, aunque con los apellidos de ‘esperanza y de progreso’, corresponden a la reacción del gobierno norteamericano frente a la pretensión de Habana de encabezar no solo un movimiento revolucionario sino un proceso de desarrollo vigoroso en America Latina (Aldunate 2000, 30-31).

Por último, o autor cita a “Revolución de Frei Montalva” que, por sua vez, teria se apresentado como um desdobramento da proposta da Aliança para o Progresso. Seguindo a tentativa norte-americana de reprodução do modelo italiano no pós-Segunda Guerra Mundial, a

---

<sup>3</sup> Subsecretário da fazenda do governo Carlos Ibañez del Campo (1952-1958). Entre 1978 e 1983 foi diretor do periódico chileno *El Mercurio*. Entre 1984 e 1987 exerceu a função de embaixador do Chile na Argentina a pedido do Presidente General Augusto Pinochet.

<sup>4</sup> Denominação dada pela proposta norte-americana que buscou ser implementada ao longo do governo do presidente John F. Kennedy. Visava encaminhar um processo de modernização e de transformações estruturais na América Latina alinhada aos Estados Unidos e fundada na ideia partilhada por setores do national people security de que o principal mal que perpassava a região e que levava setores da sociedade ao comunismo teria sido desencadeado pelo aprofundamento da pobreza.

---

Democracia Cristã, sob liderança de Eduardo Frei, orientou-se dentro da perspectiva de que “todo tiene que cambiar” (Aldunate 2000, 42).

As duas últimas perspectivas de revolução - a “Aliança para o Progresso” e a “Revolução em Liberdade” de Frei -, parecem demarcadas por uma perspectiva cepalina de dualidade de estruturas na América Latina<sup>5</sup>. Coexistindo com uma estrutura moderna de caráter urbano e industrial haveria uma outra estrutura, atrasada, posto que de caráter rural, agrícola e de origem colonial. Nesse sentido, revolução aqui poderia ter um sentido de ruptura dessas estruturas arcaicas que levaria à consolidação de uma efetiva transformação de caráter liberal burguês. Outras características apresentadas em associação com o termo indicam o estabelecimento de uma ruptura sem violência, sem sangue e sem a então temida “ditadura do proletariado”. Portanto, pela via Constitucional. Todas estas, contudo, influenciadas pelo contexto da época. Segundo Aldunate:

El decênio que se inicia em 1960 anhela la trasmutación radical de la sociedad y de los individuos como parte decisiva del sentido geracional. Basta mencionar algunos elementos reales o simbólicos, que hoy forman parte de la pequeña historia o de la vida rutinaria presente y que entonces eran señal de que nacía un mundo nuevo: la popularización de la TV; los Beatles; los hippies; el rock; la minifalda (que surge en 1965); la droga como acto ritual de liberación y protesta; en el orden político, la guerra de Vietnam, la beatificación de las posiciones ultrarevolucionarias (Mao, Ho Chi Minh, Fidel Castro, Ernesto Guevara), la guerrilla, el marxismo de Sartre y de la Escuela de Frankfurt, los curas obreros y las tendencias antitradicionales en la Iglesia Católica, el reemplazo de la ‘cuestión social’ en las derechas por la ‘revolución marxista’ y la ‘revolución democratacristiana’ con miras a la formación de nuevas estructuras sociales que permitan el acceso del pueblo al poder” (Aldunate, 2000, 43).

Assim, nesse contexto, revolução passa a representar um ideal que teria sido cobiçado por parcelas expressivas dos principais atores políticos, posto que politicamente ativos, dos anos 1960.

### **Uma discussão semântica do termo revolução**

Foi a importância e recorrência com que o termo foi utilizado e a ideia defendida, acabando por orientar a ação política de diversos atores contemporâneos, que levou Hannah Arendt a discutir sobre o sentido de revolução nos anos 1960. É interessante observar que a obra foi elaborada entre os anos de 1959 e 1963, momento que marca a chegada ao poder dos revolucionários cubanos que tiveram, dentre seus defensores, intelectuais e filósofos como Frantz Fanon e Jean Paul Sartre<sup>6</sup>. Pode-se conjecturar que a obra foi parte de um debate em andamento naquele momento entre os

---

<sup>5</sup> Criada em 1948, a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) é uma das cinco comissões regionais da Organização das Nações Unidas (ONU). Bielschowsky (2000) assinala que através da noção “centro-periferia”, a teoria cepalina identifica que o subdesenvolvimento estaria relacionado com o distanciamento em relação ao processo de industrialização. Partindo dessa perspectiva, a CEPAL foi responsável pela difusão de um discurso fundado no estímulo ao modelo de industrialização onde o Estado apresentava um papel fundamental. Sob a presidência de Raul Prebich, segundo Thorp (2005) a proposta cepalina apresentou-se como uma alternativa para a inexistência de um Plano Marshall para a América Latina.

<sup>6</sup> Segundo Mendes (2009, 24), autores como Gorender (1987, 76), Tzvi Tal (2005, 79 e 231), Gott (2004, 203), Seoane (2003, 79), Espinoza (2003) e Araujo (2006, 252) consideram a relevância e influência de ambos dentre as esquerdas latino-americanas.

três intelectuais<sup>7</sup> motivado pela ocorrência da Revolução Cubana. Não por menos, na apresentação da obra editada em 1989, os três são considerados como figuras representativas da vinculação existente entre academia e política.

Em seu livro intitulado *Da Revolução* (1990), Arendt apresenta uma análise acerca da trajetória que esse termo sofreu ao longo da história, com uma reorientação de sentido a partir do desenvolvimento de determinados movimentos modernos, quais sejam: a “Revolução Americana” de 1776 e a Revolução Francesa de 1789. Dividindo a trajetória semântica do termo em dois momentos, aquele no qual predominou um sentido elaborado pelos “antigos” e outro no qual se desenvolveu um novo sentido articulado por aqueles que ela denomina por “modernos”, Arendt assinala que ambos estariam ligados aos movimentos dos astros. A noção primeira de revolução se associaria a uma perspectiva de movimento cíclico e de simples mudança, vinculada à formulação estabelecida por Copérnico na renascença e marcado por uma essência de irresistibilidade, como ele apresenta em sua obra *De Revolutiom busorgium Coelestium*.

Já a noção estruturada a partir dos movimentos revolucionários do XVIII, apresentaria uma grande reorientação em relação a “perspectiva astronômica”, modificando-a. Embora ainda demarcada por elementos do sentido original de irresistibilidade, somam-se à mesma a associação com novidade, começo e violência que passaram a fazer parte do conceito reformulado de revolução (Arendt 1990, 38). Dessa forma, o estabelecimento de um novo começo, marcado pela novidade e estabelecido pela violência, através de um processo irresistível, seriam os elementos a caracterizar a concepção de revolução dentre os modernos.

Apesar de ser relativamente reconhecido que os sentidos que determinadas palavras apresentam modificam-se ao longo do tempo, nem sempre isso é observado com atenção. A partir da sua análise, e asseverando o que assinalo acima, o objetivo de Arendt acaba por ser determinar o “uso correto” e apropriado que o termo deveria possuir. Sendo assim, embora avaliando a forma pela qual os contemporâneos empregavam a palavra e lhe conferiam significado, a autora tece considerações que estabelecem uma perspectiva unívoca de revolução, apresentando como equivocadas as maneiras pelas quais o termo apresentou-se ressignificado no século XX, quando distanciadas da forma pela qual foi empregado no século XVIII.

Buscando identificar os elementos de associação a partir do qual o termo foi pronunciado, a autora parte de dois princípios para sua caracterização. Primeiro, de que somente “onde esse ‘pathos’ de novidade se fizer presente, e onde a novidade estiver relacionada com a ideia de

---

<sup>7</sup> A obra de Fanon, intitulada *Os Condenados da Terra*, publicada no Brasil em 1961 e prefaciada por Jean Paul Sartre, tem como capítulo inicial o título “Da violência”, exatamente o mesmo adotado no primeiro capítulo da obra de Arendt (1967).

---

liberdade, é que temos o **direito** (grifo meu) de falar em Revolução” (Arendt 1990, 27). O segundo, indicando que

[...] onde a violência for utilizada para construir uma nova forma de governo completamente diferente, para dar origem à formação de um novo corpo político, onde a libertação da opressão almeje (...) a constituição da liberdade, é que podemos falar de revolução (Arendt 1990, 28).

Os dois trechos aparecem na obra da Autora completamente articulados e, nesse sentido, o “pathos” de novidade e a violência fariam parte essencial da nova concepção. Violência e novo começo se vinculam ainda na busca pela liberdade e da libertação. É por isso que Arendt entende que revolução, no sentido moderno, representaria principalmente o fim do constrangimento (Arendt 1990, 26), uma mudança acima de tudo política, ainda que com possíveis desdobramentos sociais. Na medida em que o “pathos” de novidade vincula-se à obtenção da liberdade, revolução emerge como algo que se circunscreve na questão política.

Embora a autora considere que essa concepção apresente raízes históricas, ou seja, que tenha sido articulada pelos atores políticos em uma dada conjuntura específica, pouco busca relativizar a significação do termo com outros sentidos desenvolvidos posteriormente. Justamente em um momento - os anos 1960 -, em que a temática da revolução se encontrava fervilhante no cenário mundial.

A relevância do tema e do mapeamento da construção do sentido de revolução quase 20 anos depois observa-se presente na passagem dos anos 1970 para a década de 1980, tal como indica a elaboração da obra de Koselleck, intitulada *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos* (2006). O trabalho, concede atenção especial ao conceito moderno de revolução.

Realizando uma análise da semântica de diversos conceitos fundamentais para a gênese da modernidade que advêm com os movimentos revolucionários do século XVIII, Koselleck afirma que a ideia de revolução se apresenta como uma das mais importantes a “plasmar a experiência histórica daquele tempo” (Koselleck 2006, 16). Afirma o autor que

Nosso conceito de revolução pode ser assim definido, de forma adequada e legítima, como um *conceito geral*, que encontra pelo mundo todo as condições prévias para seu entendimento, mas cujo significado preciso sofre variações dramáticas de um país a outro, de uma situação política a outra. É quase como se no interior da palavra revolução habitasse uma força revolucionária capaz de fazer com que a expressão se dissemine continuamente e seja capaz de conter em si o mundo todo (Koselleck 2006, 62).

Tal como Arendt, o autor aponta a origem do termo associada a um movimento natural de rotação dos astros, cíclico, que conduzia de volta ao ponto de partida como assinalado por Copérnico, também citado pela autora em suas considerações sobre o aparecimento do termo revolução. Da astrologia, o conceito teria sido apropriado pelo vocabulário político, mas a concepção moderna só foi apreendida lentamente. Koselleck cita que uma perspectiva sobre um

---

movimento cíclico no âmbito político já existia no século XVII com a concepção de “círculo das constituições”, retomada das doutrinas de Aristóteles ou de Políbio que, por sua vez, são datadas da antiguidade.

A ideia de movimento circular apresentava-se aqui fundada na existência de um número limitado de modelos constitucionais que se sucederiam automaticamente – monarquia, tirania, aristocracia, oligarquia, democracia e olocracia –, impossível de romper e que sempre retornaria ao seu ponto de origem: a monarquia. Desta forma, assim “como as estações do ano permanecem sempre as mesmas em sua alternância, também os homens, como seres políticos, permanecem atados a mudanças que efetivamente não traziam nada de novo” (Koselleck 2006, 64).

Até meados do século XVIII teria predominado o sentido a indicar um movimento cíclico de volta a uma situação anterior, marcado pela consciência de retrocesso dessa trajetória, “conforme indica a sílaba re – na palavra revolutio” (Koselleck 2006, 62). A partir de então, revolução passou a designar o que se via sob a ótica “da transformação, da comoção”, abarcando praticamente tudo: religião, política, costumes, direito e economia (Koselleck 2006, 67). Em vez de um ciclo, observa-se a percepção de uma condução linear, evolutiva e direcionada a um futuro utópico:

Com tais questões, propostas pelas cabeças mais sagazes do Iluminismo e que hoje não somos mais capazes de responder, inaugura-se um novo horizonte de expectativa. A revolução com certeza, não mais conduz de volta a situações anteriores; a partir de 1789 ela conduz a um futuro a tal ponto desconhecido, que conhecê-lo e dominá-lo tornou-se uma contínua tarefa da política. (Koselleck 2006, 69)

Dessa forma, revolução passaria a possuir outro conjunto de características que delimitavam o seu campo semântico. Síntese da trajetória de todas as revoluções particulares, ordena historicamente as “experiências de convulsão social”. Ao termo, estaria associado a ideia de abreviação do tempo, um tempo dinâmico a “descortinar” novas perspectivas e no qual passado, presente e futuro integram-se em uma linearidade a indicar um processo evolutivo.

Diferentemente de outras designações que representam transformações tão somente no plano político, revolução indicaria aquelas que impactariam o plano social. Ou seja, ainda que da sua trajetória fizessem parte as mudanças políticas, o processo só se completaria com rupturas da ordem social e que levariam a “emancipação de todos os homens” (Koselleck 2006, 71). O político, nesse sentido, apresentar-se-ia tão somente como uma etapa, e só alcançaria seu ápice no plano da estrutura social. Dessa forma, derrubar o velho poder teria por objetivo não somente substituir aqueles que detêm o controle político, mas sim a implantação de uma “revolução universal” e permanente a abarcar toda a humanidade (Koselleck 2006, 72). Permanente, posto que a se prolongar “até que esse objetivo fosse atingido” (Koselleck 2006, 73)

---

Koselleck escreve sua obra na passagem dos anos 1970 e 1980. Mesmo que assinala compreender que o conteúdo semântico dos conceitos não é unívoco, o seu entendimento acerca do termo acabou aprisionado pelos usos dados pela perspectiva do século XVIII, e que foram redimensionados na contemporaneidade do século XX. Se no XVIII a ruptura plena que estabelece um novo futuro significa a superação do Antigo Regime com a fundação de uma modernidade burguesa, já no XIX, e principalmente no século XX, vai representar algo que ultrapassaria essa modernidade, avançando na direção da superação do próprio capitalismo.

Contudo, é interessante observar a ausência de qualquer consideração acerca dos usos e apropriações do termo e do conceito por parte das direitas. Seja em princípios do século XX com os fascismos europeus ou latino-americanos<sup>8</sup>, ou mesmo por parte de setores das direitas que ascendem ao poder na América Latina com as ditaduras civil-militares, Koselleck não abre espaço para uma discussão semântica nesses momentos em que o embate político desenvolveu-se de forma extrema e polarizada com a disputa, inclusive, em torno de determinadas ideias e conceitos tais como o de revolução. Algo extremamente importante na medida em que, como considera o Autor, “a história dos conceitos, mesmo quando ideologicamente comprometida, nos lembra que as relações entre as palavras e seu uso é mais importante para a política do que qualquer arma” (Koselleck 2006, 77).

Indicando a permanência da relevância da temática ainda na passagem do XX para o século XXI, Norberto Bobbio, em *Teoria Geral da Política* (1999), dedica toda a sexta parte de seu trabalho para a discussão da mudança política e sua relação com o termo revolução. Realizando uma análise do tema a partir do ponto de vista semântico - e assim assemelhando-se com os trabalhos de Arendt e Koselleck -, também acaba por buscar estabelecer a trajetória do uso da palavra dentre os modernos e contemporâneos, especificamente em sua relação com o movimento dos astros. Inicialmente indicando a irresistibilidade de um movimento de mudança, mas que significava retorno, posteriormente o termo assume uma conotação que o associava com transformação e um novo início.

---

<sup>8</sup> Na abordagem que faz no verbete “fascismo” no dicionário de Ciência Política organizado por Bobbio e Pasquini (1999), Saccomani assinala a predominância das perspectivas generalizantes que se utilizam do termo “fascismos” no plural, sobre as perspectivas singularizantes. Contudo, pontua a autora que o reaparecimento do olhar singularizante reacendeu o debate (Saccomani 1999, p. 467). Uso aqui a perspectiva de fascismos generalizante desenvolvida por Francisco Carlos Teixeira da Silva, para quem o fascismo é uma unidade de traços diversos que dão coerência a um fenômeno. Na caracterização dos fascismos indica a sua existência enquanto movimentos ou partidos, fascismos que chegam ao poder mas não de forma hegemônica e fascismos que tomam o poder e o monopolizam. Diante da diversidade, o autor em questão se utiliza do termo no plural: fascismos (Teixeira da Silva 2003, 125). No caso específico dos fascismos no continente americano ao longo dos anos 1920 a 1930 utilizou aqui autores que trabalham com a perspectiva da existência de movimentos e organizações fascistas nesse momento no Cone Sul, tais como McGee (2005), Bertonha (2015) e o trabalho organizado por Bertonha e Bohoslavsky (2016).

No entanto o autor desdobra sua avaliação na consideração que faz de que revolução possuiria não apenas um significado descritivo. Entende Bobbio que os usos da palavra concebiam simultaneamente, para além desse significado, também uma perspectiva axiológica, ainda que na linguagem científica observem-se tentativas de definição a partir de uma “posição neutra” (Bobbio 1999, 601).

Segundo o autor, revolução serve para indicar, no seu significado político, movimento e mudança. Essa mudança encontrar-se-ia delimitada espacialmente no que se refere aos que a engendram. Vinda “de baixo”, realizada “na praça”, diferencia-se fundamentalmente dos golpes de Estado realizados “no palácio”, mas também apresenta diferenças expressivas em relação a outras mobilizações que se originam espacialmente no mesmo lugar. Sedições, revoltas, rebeliões e insurreições são distintas de revolução por conta do tipo de mudança que impõem na sociedade.

Tendo como referência o paradigma da Revolução Francesa, já que o termo adquiriu “seu significado atual no discurso político, histórico, filosófico” a partir da sua ocorrência (Bobbio 1999, 606), o sentido “predominante” é o de mudança total do “sistema global da sociedade”. Total e radical, possuindo ainda duas características essenciais: a subaneidade e a violência (Bobbio 1999, 605). Para o autor, nesse momento, revolução passa a ter uma conotação positiva porque proporcionadora da criação e associada à uma perspectiva progressista da história, “voltada para o devir, para a edificação de uma sociedade antes jamais vista” (Bobbio 1999, 586)

Bobbio procura então apresentar o que considera como “designações correntes”, o seu “significado predominante”. Mesmo que afirme que “ninguém é dono das palavras” e que “nada proíbe” outras formas de uso – sugerindo a possibilidade de construção de diferentes significados que não devam ser entendidos como falsos ou incorretos, mas sim distintos, Bobbio acaba por conceber que existiria uma significação mais apropriada (Bobbio 1999, 603; 606; 608), indicando um “sentido pleno e verdadeiro da palavra” (Bobbio 1999, 607).

A análise da forma pela qual três dicionários tratam o termo ratifica a perspectiva de cristalização de um determinado significado para revolução, com características de sentido único e imutável distintas das articuladas por Arendt, porém, próximas daquelas elaboradas por Koselleck e Bobbio. Observando as obras organizadas por Bottomore (1988), Bobbio (1999) e Teixeira da Silva (2000), percebe-se que o sentido ora apresentado assume uma conotação que associa nitidamente a designação a uma concepção de revolução oriunda nos movimentos de transformação social encaminhados por setores situados nas esquerdas.

No verbete desenvolvido por Kiernan na obra organizada por Tom Bottomore, o autor aponta que as análises desenvolvidas por Marx e Engels consideravam inicialmente o conceito de revolução relacionado com a profunda mudança que caracterizaria a passagem de um modo de

---

produção para outro. Revolução seria, nesse sentido, um “salto cataclísmico”, resultante dos conflitos entre “velhas instituições e novas forças produtivas” e entre “classe dominante” e uma “nova classe nascida para desafiá-la” (Kiernan 1988, 324).

Ao observar as revoluções na Europa Moderna - Inglesa, Francesa e Norte-americana -, considerariam Marx e Engels que a ação da burguesia, símbolo das novas forças produtivas, deveria ser muito mais incisiva, levando “muito além do ponto exigido pelos interesses burgueses” para que não houvesse um refluxo a representar algo semelhante ao compromisso de 1688<sup>9</sup>. Isso somente poderia ser encaminhado não pela burguesia, mas pela ascensão do proletariado ao poder, única alternativa que levaria a uma transformação profunda tanto no plano moral quanto no social, e que “permitiria começar tudo de novo” (Kiernan 1988, 325).

Afirma ainda o autor que, no “Ocidente, a aceitação da revolução como um objetivo passou a significar, com efeito, a crença em uma transformação ampla da sociedade, por oposição a qualquer reestruturação da velha sociedade por meio de reformas fragmentárias” (Kiernan 1988, 326). Dessa forma, ainda que com conclusões distintas as desenvolvidas por Arendt, Kiernan busca apresentar o sentido de revolução para os marxistas, restringindo em grande medida a amplitude do significado, mas buscando desenvolver aquilo que seria o “verdadeiro” sentido de revolução.

Por sua vez, GianFranco Pasquino, no tópico em que discute revolução presente na obra *Dicionário de Política*, assinala que o termo é a tentativa, acompanhada do uso da violência, de derrubar as autoridades políticas existentes e de as substituir, a fim de efetuar profundas mudanças nas relações políticas, no ordenamento jurídico-constitucional e na esfera socioeconômica” (Pasquino 1999, 1121). A violência pode até caracterizar diferentes tipos de ação ou desencadear variados processos que podem ser confundidos com uma revolução, tais como as revoltas, rebeliões ou golpes de Estado. Contudo, somente quando essa violência modificar profundamente o sistema político, econômico e social é que se poderia falar em revolução.

Ainda segundo o mesmo autor, a origem de algo novo se daria pelo estabelecimento de uma nova ordem fundada na igualdade. E dado que as classes dirigentes não abrem mão do seu poder pacificamente, a violência seria parte intrínseca da revolução (Pasquino 1999, 1122;1128). Só assim se daria a substituição do estado burguês pelo estado proletário (Pasquino 1999, 1125).

Em Pasquino, a antítese da revolução é a contrarrevolução, que pode assumir dois sentidos distintos. Um primeiro, associado com a atitude de segmentos que, inicialmente partícipes da revolução, passam a discordar motivados pelo “ritmo, modos e tipos de transformação a introduzir” (Pasquino 1999, 1128). A contrarrevolução aqui é composta por ex-revolucionários e

---

<sup>9</sup> O “Compromisso de 1688” refere-se ao retorno ao sistema monárquico, ainda que limitado pelo parlamento, viabilizado pela “Revolução Gloriosa” de 1688 ao colocar no trono inglês Guilherme de Orange.

---

por membros das classes destituídas. Dessa forma a contrarrevolução seria uma situação subsequente à revolução. Um outro sentido é dado pela caracterização de um movimento de reação preventiva às mudanças radicais ou entendidas de tal maneira que poderiam ser geradas pela revolução. Aqui, a contrarrevolução antecede o movimento revolucionário e o aborta.

A perspectiva de um sentido único é referenciada pela indicação dicotômica revolução/contrarrevolução. Essa leitura da significação da palavra, expõe a circunscrição política do termo que boa parte dos autores aqui analisados estabelece. Afirma-se para o “termo” uma utilização correta e adequada. Como assinala Bobbio, junto com o significado descritivo viria o seu significado axiológico na forma que acaba por ser avaliado pelos autores em questão. Concebe-se que a correta utilização acaba limitada ao âmbito das esquerdas ou, no máximo, nas referências liberais-democráticas de Arendt. A contrarrevolução, nesse sentido, assumiria um caráter positivo para as direitas enquanto, no plano valorativo, a revolução assumiria um valor positivo para as esquerdas.

Por último, cito o Dicionário do Pensamento Político de Direita, onde o verbete revolução é desenvolvido por Segatto (2000). Para ele, revolução seria uma transformação profunda obtida em um curto espaço de tempo e que subverteria a “antiga ordem ou estado de coisas reinantes” para forjar algo de diferente, uma ordem “radicalmente nova”. Afirma Segatto que, se “para a esquerda este passaria a ser o modelo a ser perseguido para a realização de uma revolução socialista, para a direita constituir-se-ia em um exemplo a ser evitado” (Segatto 2000, 399). A afirmativa indica, ainda que indiretamente, a suposta existência de um consenso quanto a noção estabelecida do termo revolução. A antítese da revolução aqui, é apresentada pela citação aos “principais pensadores e teóricos” das direitas no século XIX: Edmund Burke e Alexis de Tocqueville que defendiam a hierarquia, a propriedade, a continuidade (Segatto 2000, 399).

Elaborando uma análise parcial do que escrevi até aqui, pode ser assinalado que Arendt entende que o sentido de revolução se dá quando do estabelecimento de um novo começo, sobretudo quando esse começo dá início a uma nova ordem política. Por sua vez, Koselleck, Bobbio e Kiernan situam o sentido de revolução com uma ruptura não somente nas instâncias políticas, mas também na ordem econômica e social. Embora mais comedido na sua caracterização do sentido de revolução – uma vez que o restringe ao pensamento elaborado por Marx e Engels – , Kiernan aponta um significado unívoco para o termo, mesmo dentro do universo de reflexão marxista. E mesmo que assinala a existência de divergências, essas estariam mais na ordem da diversidade de estratégias do que de concepções efetivas sobre o sentido de revolução (Kiernan 1988, 327). De certa forma, ainda que incorporando aspectos jurídicos-constitucionais nas transformações que caracterizariam uma revolução, Pasquino segue a concepção marxista.

---

Quanto a Segatto, este escreve o verbete em um dicionário que busca espelhar as perspectivas do pensamento das direitas acerca do termo, mas o fez de forma circunscrita. Seguindo a mesma linha da maioria dos autores citados aqui, Segatto acabou por restringir-se ao sentido mesmo de revolução caracterizado por boa parcela das esquerdas. Por um lado, podemos argumentar em defesa do autor que esse sentido também era partilhado pelas direitas. E isso é indicado ao afirmar que se “para a esquerda este passaria a ser o modelo a ser perseguido para a realização de uma revolução socialista, para a direita constituir-se-ia em um exemplo a ser evitado” (Segatto 2000, 399). Contudo, uma vez tratando-se de uma obra que procura caracterizar o pensamento de direita, entendo que seria necessário apontar qual a concepção de revolução que as direitas buscaram articular quando se apropriaram do termo para nomear movimentos (fascismos dos anos 1930) e governos (ditaduras civil-militares dos anos 1960, 70 e 80) na América Latina.

Para além da caracterização, definição do conteúdo ou da semântica empregada pelos dicionários e trabalhos aqui analisados, pode ser observado que o mesmo tipo de prática acaba por se manter. Assim, em comum, todos os autores tratados aqui acabam por apresentar a existência de uma concepção, sentido, ou significação únicos do termo.

### **Os novos estudos e a ideia de revolução das direitas**

Nos últimos anos vem se desenvolvendo diversos estudos acadêmicos que focam sua atenção na análise das direitas na América Latina ao longo do século XX. Esses trabalhos buscam avaliar as transformações operadas nesse segmento político quanto às estratégias desenvolvidas no embate político, a reformulação e pluralidade do seu ideário ou mesmo em relação à diversidade de sua composição (Mendes 2003; Sutil 2005; Deutsch 2005; Zárate 2008; Cordeiro 2009; Velasco e Cruz, Kaysel e Cudas 2015; Bohoskavky e Bertonha, 2016).

A ação política das direitas obteve um crescimento vertiginoso em dois momentos específicos da História do continente no século passado. Ao longo dos anos 1930 até a primeira metade dos anos 1940, e nas décadas de 1960 e 1970, com variações que resultam dos diferentes contextos e das características específicas de cada caso nacional. Foram momentos em que a ideia de revolução de caráter socialista assombrou profundamente esse segmento político. Alguns dos trabalhos assinalados acima apontam que em ambos os momentos também se amplia o emprego do termo revolução por parte das direitas. Embora não seja o objetivo aqui estabelecer uma genealogia do uso do termo e da ideia de revolução na América Latina, esses estudos colaboram

para que se afirme com alguma fundamentação que a sua utilização no Cone Sul data dos anos 1930 no Cone Sul (Deutsch 2005)<sup>10</sup>.

No Chile dos anos 1920 e 1930 o *Movimiento Nacional Socialista*, conhecido popularmente por *Nazi*, utilizou-se da “ambiguidade” quanto à definição da agremiação ser ou não revolucionária. Por vezes assumiam que o nazismo expressava “la ‘antirrevolución’, lo opuesto de la revolución”. Contudo, McGee Deutsch considera que a perspectiva de Jorge Gonzales Von Marées, principal liderança do movimento, era diversa:

Por el hecho de ser inconformista, empero el nazismo era también revolucionario; en realidad, Gonzáles declaró que el MNS era al mismo tiempo un movimiento revolucionario y defensivo. A diferencia de la versión materialista izquierdista, la ‘auténtica revolución’ nazi aspiraba a la ‘conquista espiritual’ de los chilenos. (Deutsch 2005, 203).

Isso também é observável, para alguns movimentos de extrema-direita na Argentina, tais como a *Alianza de la Juventud Nacionalista* (AJN) e a *Federación Obrera Nacionalista Argentina* (FONA). Por vezes Deutsch parece considerar que se tratava tão somente de retórica, cujo objetivo seria concorrer com as esquerdas na disputa pela maior inserção desses movimentos dentre os trabalhadores urbanos, com “apelaciones a los obreros de tinte revolucionario” (Deutsch 2005, 285). Mas, de outro lado, parece apontar alguma consistência no caráter revolucionário dessas propostas, dado que fundado em um projeto de futuro que assinalaria a existência de uma utopia revolucionária. Para a autora, os participantes da *Alianza de la Juventud Nacionalista* (AJN) “reverenciaban la fe católica y los valores y a los dirigentes del pasado pero, **como revolucionarios** (grifo meu), vislumbran nuevas respuestas a los problemas del país” (Deutsch 2005, 298).

Quanto ao caso brasileiro a autora cita a *Alianza Integralista Brasileña*, movimento que surgiu ao longo dos anos 1930 resultante da confluência de vários outros grupos da extrema-direita. Mesmo que, na perspectiva de alguns autores, a AIB estivesse dividida em três facções, esses agrupamentos convergiam em uma série de questões. Nesse sentido, e tomando por base o discurso da principal liderança integralista, Plínio Salgado, para McGee Deutsch.

[...] la revolución integralista era la del siglo XX contra el siglo XIX, una revolución totalitaria cuyo significado ni los socialistas ni los liberales, ni siquiera los reaccionarios de la extrema derecha podían captar. (...) en cambio, el integralismo era la única fuerza revolucionaria pues su voluntarismo rompía con el determinismo e implicaba una visión dinámica y total de renovación material y espiritual continua.” (Deutsch 2005, 338).

Na abordagem dos fascismos europeus, Hobsbawm (1994, 121) assinala serem eles os revolucionários das direitas. A ideia, contudo, seria puramente retórica já que “não houve a

---

<sup>10</sup> Para o caso brasileiro e no âmbito dos estudos de pós-graduação como exemplo cito trabalho de Ramos (2011) sobre o integralismo.

revolução fascista” (Hobsbawm 1994, 130) e a transformação radical do presente rapidamente foi deixada de lado quando da sua chegada ao poder.

De outro lado, essa perspectiva não é acompanhada por Teixeira da Silva e por Denise Rollemberg. Para o primeiro o fascismo apresentava uma ideia força de revolução como destruição do vigente para a construção de algo novo, o que permitiria “uma autonomia delirante da política, transformada em substituto de um modo de vida” (Silva 2003, 138). A proposição desses movimentos não era a do restabelecimento da tradição, no que se diferenciava dos movimentos de matiz conservadora. Mas sim, a implantação de uma “teia social de novo tipo” que seria criada a partir da destruição completa da ordem social liberal-burguesa: “eis aí a Revolução Fascista” (Silva 2003, 141).

Já Rollemberg (2017, 359) considera que nazismo e fascismo fizeram uso do conceito de revolução “pensado como processo de transformação positiva da ordem vigente” e buscando realizar a utopia de criação de um novo homem (Rollemberg 2017, 361). Foram revolucionários porque “romperam ou pretenderam romper com valores e referências que, por um século, haviam mudado a mentalidade do mundo ocidental” (Rollemberg 2017, 372). Na origem da polêmica, se revolucionários ou contrarrevolucionários, estariam os critérios a serem usados na interpretação desses regimes. Para os que avaliam que foi revolucionário, as referências seriam o impacto institucional, a remodelação dos direitos civis e políticos e as mudanças no “plano cultural e das mentalidades coletivas” (Rollemberg 2017, 373).

Esse prestígio da ideia de revolução pode ser observado também dentre as direitas na Argentina, no Brasil e no Chile posteriormente, ao longo das décadas de 1950 e 1970. Na Argentina, em 1955, os grupos que depuseram Juan Domingos Perón, liderados pelos generais Eduardo Lonardi, Pedro Eugenio Aramburu e pelo Contra-almirante Isaac Rojas denominaram o novo governo por “Revolución Libertadora”. Em artigo que comenta a novela de Rodolfo Walsh intitulada *Operación Masacre*, acerca dos acontecimentos relativos a esse movimento, Campos assinala que não deixa de resultar “curioso o paradójico que a los golpes de Estado que han dado los militares argentinos ultraderechistas los llamen, com un lenguaje izquierdista, *revolución*” (Campos 2007).

O mesmo uso do termo pode ser observado em 1966 por parte daqueles que chegavam ao poder quando da derrubada do governo de Arturo Illia, denominando o seu movimento como “Revolución Argentina”. Na mensagem ao povo argentino elaborada para o primeiro pronunciamento do novo governo, é apontado o perigo de desintegração da nação, motivo pelo qual deveria “verse en este acto revolucionario, el único y auténtico fin de salvar a la República y

encauzarla definitivamente por el camino de su grandeza” (Mensaje de la Junta Revolucionaria al pueblo argentino” de 28 de junio de 1966).

De outro lado, o recurso direto ao termo revolução, não foi prática daqueles que estabeleceram o *Proceso de Reorganización Nacional* (PRN) ou, simplesmente, *El Proceso*. Para Sidicaro, isso teria sido fruto do desgaste que o “significado” teria sofrido dado os “magros resultados de anteriores experiencias protagonizadas por la institución” militar (Sidicaro 1993, 398). Contudo, ainda assim, as propostas de refundação da sociedade argentina estiveram presentes e foram propagadas intensamente (Moresi 2010, 104). Sidicaro aponta também que a perspectiva de uma transformação radical a caracterizar uma nova etapa, marcou o discurso do PRN:

El discurso del ‘proceso’ fue el lugar de articulación de múltiples mitos característicos del imaginario político: había un ‘tiempo pasado que había sido mejor’, pero el país tenía delante ‘un futuro esplendoroso’, que sería alcanzado gracias a la oportuna mediación del ‘salvador’ castrense, capaz de arrancar a la comunidad de la ‘decadencia’ y librarla de la peligrosa acechanza de los ‘poderes extranjeros’. Pero más allá de sus rasgos míticos, en la definición de los objetivos del ‘proceso’ se halló la idea central de realizar una mutación total de la dinámica política, económica y cultural, y cerrar así una etapa histórica (Sidicaro 1993, 443).

Comentando sobre o primeiro pronunciamento da Junta Militar, o jornal *La Nación* estranha “la omisión de la palabra ‘revolución’ en el léxico de los equipos recién instalados en el poder”. Para o periódico, “no era menos notório que la idea de ‘revolución’ estaba presente en todos los planteos del gobierno” (La Razón apud Sidicaro 1993, 443). Sidicaro assinala, ainda, o relato do periodista Félix H. Laiño, do jornal de direita *La Razón*, que teria registrado o dia 24 de março de 1976 - momento do estabelecimento da Junta Militar composta por Jorge Rafael Videla (Exército), Emilio Masera (Marinha) e Orlando Ramón Agosti (Aviação) -, como o “dia de la revolución” (La Razón apud Sidicaro 1993, 389). Falava-se de uma “revolución desde arriba” com sua origem no Estado, efetivada a partir de uma posição de poder que criaria as condições para a emergência de uma nova “classe dirigente” (La Razón apud Sidicaro 1993, 442).

É interessante observar que, nesse primeiro pronunciamento, feito em cadeia nacional de rádio e televisão argentina, o recém-empossado Presidente, ao longo de aproximadamente 24 minutos profere um discurso onde assinala seguidas vezes ser aquele um momento de ruptura, o qual “no materializa solamente una caída del gobierno”, mas sim um “cierre definitivo de un ciclo histórico e la apertura de un nuevo”. (Videla 1976, 2’53”). Um ponto de partida para enfrentar a grave crise que afligia o país, demarcando o “final de una etapa que perdía inexorablemente vigencia” (Videla 1976, 6’30”). O momento estaria a exigir uma mudança também no plano das atitudes do povo argentino com respeito a sua própria responsabilidade individual e social que, segundo Videla, possibilitaria o descortinar de um futuro melhor. (Videla 1976, 19’21”). A

---

“irrenunciável grandeza” estaria no amanhã (Videla 1976, 19’53”), no futuro “que conduziria a grandeza da pátria e à felicidade do seu povo” (Videla 1976, 22’).

No Brasil, o movimento que desencadeou a derrubada do Presidente constitucionalmente eleito, João Goulart, autointitulou-se *Revolução de Março de 1964*. Observa-se, na proclamação do primeiro Ato Institucional, uma intenção refundacional tal qual a presente na Argentina do *Processo*. Publicado em 9 de abril de 1964, assinala:

É indispensável fixar o conceito do movimento civil e militar que acaba de abrir ao Brasil uma nova perspectiva sobre o seu futuro. O que houve e continuará a haver neste momento, não só no espírito e no comportamento das classes armadas, como na opinião pública nacional, é uma autêntica revolução” (Ato Institucional nº 1 1964).

O termo, diferentemente do caso Argentino, apresentou-se recorrente nos pronunciamentos públicos, na documentação elaborada pelos realizadores da deposição de João Goulart e mesmo na denominação das organizações criadas nos primeiros momentos desse intento tal como o “Conselho Supremo da Revolução”.

Buscando apresentar as justificativas para a “Revolução Brasileira”, várias entrevistas e palestras foram proferidas por figuras de destaque do novo governo, tais como os militares Antonio Carlos Muricy (“Os motivos da Revolução Brasileira”, 1964) e Antonio Ferreira da Costa (“Compreensão da Revolução Brasileira”, 1964). No processo sucessório do então Presidente Costa e Silva, acometido de um problema de saúde, foi organizada uma “Junta Militar Revolucionária” para decidir que rumos seriam dados à Nação, conforme observado em documento relativo à segunda reunião do Alto Comando das Forças Armadas ocorrida em 1969.

Em sua tese de doutoramento Mendes (2003), assinala que uma parte não desprezível dos participantes do movimento de 1964 o entendia como um movimento “revolucionário”. Considera o autor que a utilização do termo se dava fundamentalmente por três motivos. O primeiro, como artifício para indicar que aquela mobilização havia galgado um grau de apoio substantivo por parte da sociedade brasileira. Tal como uma revolução, haveria um clamor popular por uma ruptura com o quadro vigente. O segundo, por conta de buscar legitimidade perante a sociedade através da apropriação de um termo e ideia profundamente difundidos dentre os movimentos sindicais e populares pelas esquerdas. Mas Mendes acaba por assinalar também que, para parcelas dos envolvidos na deposição de Jango, março de 1964 foi um “novo começo, que liberou o país dos vínculos com o passado colonial”, perspectiva que se calcava na ideia de que as sociedades latino-americanas estavam imersas numa dualidade campo-atraso/cidade-modernização (Mendes 2003,

3) que também estaria presente nas direitas. Sobre esses aspectos é interessante citar Ferdinando de Carvalho<sup>11</sup>:

Essa crise tradicionalmente da América Latina, historicamente exacerbada pela exploração colonialista, pela insensibilidade das classes dominantes e pela irresponsabilidade e corrupção dos governos, apoia-se hoje principalmente no agravamento crescente do desequilíbrio entre o explosivo crescimento populacional e a precariedade do sistema econômico-social. A facilidade com que se propagou a chama revolucionária no Continente explica-se, não apenas pela eficiência dos processos adotados por agentes de comunização mas, em grande parte, pelo anseio dominante nos povos de libertar-se dessa opressiva contingência e de emergir em uma esfera de compreensão e felicidade (Carvalho 1964, 49-50).

Ainda em 2004, a *Revista do Club Militar*, organização que congrega militares que passaram para a reserva nas Forças Armadas, publicava uma edição comemorativa dos “40 anos da Revolução Democrática de 1964”, indicativo de que, distante da retórica mais confrontativa dos anos 1960, esses militares ainda partilhavam de um conjunto de convicções acerca do caráter “revolucionário” de março de 64 (Cordeiro 2014, 153). A defesa de 1964 como revolução voltou a acontecer por ocasião da efeméride dos 48 anos de sua implementação (Cordeiro 2014, 213).

Quanto ao Chile, tal qual na Argentina do *Proceso de Reconstrução Nacional*, não se observa uma utilização direta do termo revolução para intitular o movimento liderado por Pinochet que interrompe a democracia chilena, então governada pela *Unidade Popular* e presidida pelo socialista Salvador Allende. Contudo, da mesma forma que no país vizinho, os objetivos de ruptura com o passado, de refundação da sociedade e de transformação profunda estão presentes nas manifestações públicas de parte de alguns dos grupos que assumem o poder. Sergio de Castro, importante líder dos nacionalistas de direita e contemporâneo das décadas abordadas nesse trabalho, publica um artigo em 1992 cujo título relaciona-se diretamente com essas questões: *La génesis de la revolución chilena*.

A temática da revolução é abordada por Zárate, Pinto e Álvarez no trabalho *Su revolución contra nuestra revolución* (2006), no qual os autores contrapõem a revolução proposta pelas esquerdas à revolução intentada pelas direitas. Zárate sugere, na abordagem dos grupos nacionalistas e gremialistas que ambos teriam uma proposta de teor revolucionário dado que “*revolución y la contrarrevolución son parte de un mismo proceso y la segunda, aunque no sea una revolución en si mesma, levanta un proyecto antagónico y emula mucho de los estilos de sus enemigos*” (Zárate, Pinto e Álvarez 2006, 100).

Nacionalistas e Gremialistas caracterizariam o que a autora denomina por “nova direita”, ideologicamente distinta da “velha direita” do Partido Nacional. Possuíam ambos uma perspectiva

---

<sup>11</sup> Um dos propagadores da noção de Guerra Revolucionária nos anos 1950, escreveu em uma série de revistas militares nos anos 1960 e ministrou várias palestras na ESG nos anos 1970 e 1980. Ferdinando de Carvalho, oficial que apoiou o movimento de 1964, exerceu funções relevantes ao longo da ditadura e foi possuidor de um capital simbólico de significativa influência dentre setores militares.

---

antipartidária e situavam-se mais como movimentos do que como partidos (Zárate, Pinto e Álvarez 2006, 19). Ainda assim, os nacionalistas acabaram por compor com políticos egressos do Partido Conservador e do Partido Liberal para fazer frente ao que consideravam como ameaças estabelecidas pelo governo de Eduardo Frei e, posteriormente, pelo governo da Unidade Popular liderada por Salvador Allende.

A facção nacionalista presente no Partido Nacional tinha como perspectiva uma “revolución” de empresa integrada, mas “militarista y militantemente anticomunista” (Zárate, Pinto e Álvarez 2006, 206). O mesmo intento revolucionário é identificado por Bohoslavsky e Gomes dentre a juventude de direita chilena e argentina. “Incrédulos” quanto à capacidade da política vigente “para ofrecer cambios satisfactorios”, alguns acolhiam o ideário revolucionário, mas não com as mesmas referências. Segundo os autores, setores da juventude argentina e chilena de direita, objeto de análise de seu trabalho, eram fascinados por José Antonio Primo de Rivera. Já a juventude vinculada à *Frente Nacionalista Patria y Libertad*, além do desprezo pelo partidarismo:

Se convirtió en el paradigma del antiliberalismo, antimarxismo y un ‘nacionalismo revolucionario’ que busco imponer ‘un nuevo’ orden conducido por una figura fuerte, que salvara los destinos de la patria de las ‘garras del marxismo’ (Bohoslavsky e Gomes 2016, 52)

Para evitar a decadência e “la destrucción de la nación” (Zárate, Pinto e Álvarez 2006, 31) que estaria em curso ao longo de todo o século XX, seria necessário “cambiar el curso de la Historia” (Bohoslavsky e Gomes, 2016, 34) e criar um “Estado nuevo”, tal como defendia o jornal de direita *Què Pasa*. A partir de 1969, o nacionalista Sergio Onofre Jarpa passou a exercer o comando político do Partido Nacional, possibilitando que a “revolução dos nacionalistas” passasse a desfrutar de maior espaço dentro da novíssima agremiação. De certa forma, esses setores partilhavam de um conjunto de objetivos refundacionais que também estiveram presentes na ditadura civil-militar pinochetista. Tal como assinala Rubio Apiolaza (2011, 3-4), a “intervención y el posterior gobierno militar asumió rápidamente un rasgo rupturista, al adquirir un carácter eminentemente refundacional y no “restaurador” de la institucionalidad anterior a septiembre de 1973.”

O objetivo, assim, seria uma ruptura com o passado. O governo apresentava a necessidade de uma ação que fosse além de “una mera labor rectificadora, para entrar de lleno en el audaz campo de la creación” (Declaración de Principios 1974). A “tarea de reconstruir moral, institucional y materialmente al país”, requeria uma ação “profunda y prolongada”, uma “nueva era de la reconstrucción nacional que abrirá el futuro” (Declaración de Principios 1974). A ameaça havia sido vencida com derramamento de sangue “de muchos de nuestros hombres, que cayeron luchando por la liberación de Chile”. Por isso, afirmava Pinochet, o que se colocava naquele momento não era tão somente uma transição, não “se trata pues de una tarea de mera restauración

---

sino de una obra eminentemente creadora, sin perjuicio de que dicha creación para ser fecunda debe enraizarse en los signos profundos de nuestra auténtica y mejor tradición nacional” (Pinochet 1977).

### Considerações finais

Nos anos 1960 e 1970 diversos analistas que tiveram por objeto a implementação das ditaduras civil-militares no Cone Sul assinalaram que a essência desses movimentos seria contrarrevolucionária. O contraponto dessa perspectiva estaria na ideia (desenvolvida pelos atores políticos contemporâneos) ou no conceito (desenvolvido pela historiografia) da existência de um único sentido para o termo revolução. Esse, por sua vez teria se afirmado a partir de um conjunto de eventos efetivados ao longo do século XX, quais sejam, a Revolução Russa, a Revolução Chinesa e, para o caso específico da América Latina, a Revolução Cubana. Desta forma, teria ocorrido uma espécie de apropriação quase que natural do sentido de Revolução por parte das esquerdas ao longo do século XX.

Autores como Comblin (1978, 192), Rouquié (1984, 162-175) e Herrera (1986, 7-8), ao analisarem o conjunto da América Latina, apontam nessa direção. Jorge Tapias Valdez<sup>12</sup>, por sua vez, afirma que o conjunto de ideias que fundamentou os regimes civil-militares no Cone Sul - a Doutrina de Segurança Nacional -, era de teor contrarrevolucionário, antidemocrático, antissocialista e antiliberal. E considera que

[..] se presenta como de naturaleza ‘restaurativa’, acometiendo una empresa contrarrevolucionaria que, compromete a toda la institucion militar, erigida como única elite política y com la pretension de apoderarse no solo del gobierno sino del Estado y de la sociedad misma, de manera permanente, para restaurar las condiciones de las cuales dependerían el desarrollo y la seguridad nacionales.” (Valdés 1980, 37).

Donghi, assinala que uma das conseqüências da Revolução Cubana teria sido a afirmação, no continente, de uma frente contrarrevolucionária hostil a qualquer mudança (Donghi 1975, 270). Se existia um sentido único para revolução, associada às transformações intentadas pelas esquerdas, as mobilizações contrárias somente poderiam ser classificadas como sua antítese. Opondo-se à revolução, estaria nada mais nada menos do que a contrarrevolução.

Nesse raciocínio, a utilização do conceito ou ideia de revolução por parte das direitas seria resultante de uma tentativa de manipulação, recurso retórico para tornar nebulosos os objetivos reais dos que haviam se lançado à ação para a deposição de governos constitucionalmente eleitos nos anos 1960 e 1970. Em vez de falar em golpes ou de articulações palacianas para a deposição pura e simples de governantes teriam optado pela afirmação de uma denominação que pudesse

---

<sup>12</sup> Valdés foi ministro do governo de Salvador Allende.

lhes conferir legitimidade, posto que revolucionária. Utilizavam, assim, as ferramentas e argumentos adotados pelas esquerdas para justificar uma ação contra as democracias ou, segundo alguns, “semi-democracias”.

Divergindo dessa perspectiva, entendo que a utilização do termo revolução, ou mesmo de outra palavra que considero aqui como equivalente – “refundação” -, por parte das direitas, apresenta indícios tanto de uma disputa pela apropriação de um termo quanto elemento indicativo da existência de um projeto de sociedade.

Koselleck (2006, 77) considera a importância da palavra nos embates políticos, assinalando que “a relação entre as palavras e seu uso é mais importante para a política do que qualquer outra arma”. Na mesma direção, Baczko (1985, 311) considera a palavra como elemento fundamental para a construção do “Imagário Social”, uma das forças reguladoras da vida coletiva. Instrumento de poder, mas também espaço do conflito porque é onde o poder se legitima. Já para Chartier,

As ideias, apreendidas por meio da circulação das palavras que as designam, situadas nos seus enraizamentos sociais, pensadas na sua carga afectiva e emocional, tanto quanto no seu conteúdo intelectual, tornam-se assim, tal como os mitos ou os complexos de valores, uma dessas ‘forças coletivas pelas quais os homens vivem o seu tempo’ e, portanto, uma das componentes da ‘psique coletiva’ de uma civilização. (Chartier 2002, 43).

Assim, importa entender como o termo revolução, embora rejeitado por completo por parte de determinados setores das direitas que preferiam intitular-se contrarrevolucionárias, acabou obtendo “acolhida” por outros segmentos desse espectro político. Em grande medida, as ditaduras estabelecidas nos anos 1960 e 1970 acabaram compostas por ambos os grupos como resultado do consenso negativo construído dentre as direitas, contribuindo para que essa diversidade tivesse como desdobramento uma pluralidade de estratégias de poder e de projetos políticos que caracterizaram os conflitos dentre os detentores do poder nesse momento.

O uso da violência como elemento chave para o rompimento com o passado (imediato ou não), a ideia de utilizá-la como instrumento para a inauguração do novo, distinto do observável até então e com a presença de uma perspectiva positiva acerca da revolução, são algumas das questões colocadas pelas direitas que se apresentavam revolucionárias. Por fim, deve ser considerado que não cabe ao pesquisador estabelecer o uso correto ou apropriado do termo, mas tão somente identificar as formas, os usos, e a semântica empregadas. Essa primeira aproximação que ora realizo com a forma pela qual setores das direitas empregavam o termo revolução sugere a necessidade de uma apreciação mais detalhada em relação ao assunto atentos, como assinala Koselleck, às “variações dramáticas” que demarcam as diferentes significações. Assim, para melhor compreender os anos 1960 e 1970 é fundamental identificar os diferentes usos do termo revolução, mesmo

dentre as direitas que se denominavam revolucionárias, buscando o mapeamento das “sociedades” futuras que são projetadas por essas ideias.

### Referências bibliográficas

- Aldunate, Arturo Fontaine. *Todos querían la Revolución – Chile 1964-1973*. Santiago de Chile: Zig-Zag, 2000 (3ª ed.).
- Apiolaza, Pablo Rubio. “Régimen autoritario y derecha civil: El caso de Chile, 1973-1983”. Em *Instituto de Estudios Latinoamericanos Universidad de Alcalá*. Documentos de Trabajo, n. 29 – agosto 2011.
- Araujo, Maria P. “Esquerdas, juventude e radicalidade na América Latina nos anos 1960 e 1970”. Em *Ditadura e Democracia na América Latina – balanço histórico e perspectivas*, org. Carlos Fico, Marieta de M. Ferreira, e Samantha Viz Quadrat. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- Arendt, Hannah. *Da Revolução*. Rio de Janeiro: Ed. Atica, 1990.
- Arendt, Hannah. *Da Violência*. Rio de Janeiro: 1967.
- “Ato Institucional nº 1. 1964”. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-01-64.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm).
- Baczko, Bronislaw. “Imaginação social”. Em *Enciclopédia Einaudi-Anthropos-Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985, v. 5.
- Bertonha, João Paulo. “Sobre os Fascismos e ditaduras: a herança fascista na formação dos regimes militares do Brasil, Argentina e Chile”. Em: *Revista de História Comparada*. Rio de Janeiro, v. 9, n. 1 (2015): 203-23.
- Bielschowky, Ricardo. *O pensamento econômico Brasileiro – o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- Bobbio, Norberto. *Teoria Geral da Política*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1999 (2ª reimpressão).
- Bobbio, Norberto. *Direita e Esquerda - Razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: UNESP, 1995.
- Bobbio, Norberto. Nicola Matteucci, Gianfranco Pasquino. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora da UNB, 1999.
- Bohoslavsky, Ernesto, João Fábio Bertonha. *Circule por la derecha: percepciones, redes y contatos entre las derechas sudamericanas – 1917-1973*. Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2016. <https://doi.org/10.15448/2178-3748.2016.1.22814>
- Bohoslavsky, Ernesto, e Gabriela Gomes. “A outra juventude radicalizada - anticomunismo na Argentina e no Chile (1959-1973)”. *Oficina do Historiador*, v. 9, n. 1 (jan/jul 2016): 38-57. <https://doi.org/10.15448/2178-3748.2016.1.22814>
- Bottomore, Tom, org. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.
- Carvalho, Ferdinando. 1964. “A Guerra Revolucionária Comunista no Brasil”. Em: *Revista Defesa Nacional*, n. 597 (1964).
- Campos, Marco Antonio. 2007. “Medio Siglo de Operación Masacre”. UNAN, 07/08/2007. <http://www.jornada.unam.mx/2007/07/08/sem-marco.html?submit=Ir+al+inicio#directora>.
- Chartier, Roger. *A História Cultural – entre prática e representações*. Lisboa: Difel, 2002.
- Comblin, Joseph. *Ideologia de segurança nacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
-

- Cordeiro, Janaina. “A derrota após a vitória: a memória militar sobre Médici e a ditadura”. Em *Velhas e Novas Direitas*, org. Karl Schurste, Igor Lapsky, Francisco Carlos Teixeira da Silva, e Giselda Brito da Silva, 208-216. Recife: Editora Universidade de Pernambuco, 2014.
- Cordeiro, Janaina. *Direitas em movimento: a campanha da mulher pela democracia e a ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2009.
- Costa, Octávio Ferreira da. 1964. “Compreensão da Revolução Brasileira”. Em *Revista Defesa Nacional*, n. 597 (1964).
- “Declaración de Principios del Gobierno de Chile. Santiago, marzo de 1974”.  
[http://www.archivochile.com/Dictadura\\_militar/doc\\_jm\\_gob\\_pino8/DMdocjm0005.pdf](http://www.archivochile.com/Dictadura_militar/doc_jm_gob_pino8/DMdocjm0005.pdf).
- Deutsch, Sandra McGee. *La extrema derecha en la Argentina, el Brasil y Chile*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2005.
- “Discurso del General Augusto Pinochet em Cerro Chacarillas con ocasión del día de la Juventud: el 09 de Julio de 1977”. <http://www.archivochile.com/entrada.html>.
- Donghi, Tulio Halperin. *História da América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1975, 3ª edição.
- Espinoza, Julio García Espinoza. “Lo nuevo del Nuevo Cine Latinoamericano”. Em: *El ojo que piensa – Revista Virtual del cine iberoamericano*, n. 0 (2003).
- Fanon, Francis. *Os Condenados da Terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.
- Gorender, Jacob. *Combate nas trevas – a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. Rio de Janeiro: Ática, 1987.
- Gott, Richard. *Cuba – uma nova história*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2004.
- Herrera, Genaro A. *El pensamiento político de los militares*. Santiago: Centro de Investigaciones Socioeconómicas, 1986, 6ª. Edição
- Hobsbawm, Eric. *A Era dos Extremos*. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 1994.
- Kiernan, Edward Victor Gordon. “Revolução”. Em *Dicionário do Pensamento Marxista*, org. Tom Bottomore. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1988.
- Koselleck, R. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto/ Ed. PUC-Rio, 2006.
- Mendes, Ricardo A. S. “Visões das Direitas no Brasil: 1964-1965”. Tese de doutoramento, Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2003.
- Mendes, Ricardo A. S. “Pensando a Revolução Cubana - nacionalismo, política bifurcada e exportação da Revolução”. Em: *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, v. 1 (2009): 1/3-29.
- Mensaje de la Junta Revolucionaria al pueblo argentino de 28 de junio de 1966”. “Actas de la Revolución Argentina. 1966. Anexo 1.  
[https://es.wikisource.org/wiki/Anexo\\_1:\\_Mensaje\\_de\\_la\\_Junta\\_Revolucionaria\\_al\\_pueblo\\_argentino](https://es.wikisource.org/wiki/Anexo_1:_Mensaje_de_la_Junta_Revolucionaria_al_pueblo_argentino).
- Moresi, Sergio. “El liberalismo conservador y la ideología del Proceso de Reorganización Nacional”. In: *Sociohistórica/ Cuadernos del CISH* 27, (primer semestre 2010): 103-135.
- Muricy, Antonio Carlos. 1964. Palestra sobre os motivos da revolução brasileira, pronunciada pelo General no canal 2 em maio. Acervo pessoal de Ant. Carlos Muricy: Série Atuação Político Militar (1936-1979), código ACM 64.04.02.
-

Pasquini, Gianfranco. “Revolução”. Em: Bobbio, Norberto, Nicola Matteucci, Gianfranco Pasquino. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora da UNB, 1999.

Ramos, Alexandre Pinheiro. “Uma ‘revolução necessária’: o conceito de revolução nos textos de intelectuais da Ação Integralista Brasileira (1932-1937)”. Em: *Dimensões*, vol. 26, (2011): 255-276. <https://doi.org/10.1590/s2178-14942017000200004>

Rolleberg, Denise. “Revoluções de direita na Europa do entre-guerras: o fascismo e o nazismo”. Em: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 30, n. 61 (2017): 355-378. <https://doi.org/10.1590/s2178-14942017000200004>

Rouquié, Alain. *O Estado Militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Alfa-Ômega, 1984.

Sacomani, Edda. “Fascismo”. Em: Bobbio, Norberto e Gianfranco Pasquini. *Dicionário de Política*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1999.

Santucho, Julio. *Los últimos guevaristas – la guerrilla marxista en la Argentina*. Buenos Aires: Biblos, 2005.

Segatto, José Antonio. “Revolução”. Em *Dicionário do Pensamento Político de Direita - ideias, instituições e personagens*, org. Francisco Carlos T. Silva, Sabrina Medeiros, e Alexander Vianna. Rio de Janeiro: Faperj/Mauad/Tempo, 2000.

Seoane, María. *Argentina – el siglo del progreso y la oscuridad (1900-2003)*. 1ª ed., Buenos Aires: Critica, 2003

Sidicaro, Ricardo. *La política mirada desde arriba - las ideas del diario LaNación (1909-1989)*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1993.

Silva, Francisco Carlos T. da.. “Os fascismos”. In: Ferreira, Jorge, Celeste Zenha, Daniel Aarão Reis Filho. *O século xx – o tempo das incertezas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Silva, Francisco Carlos T. Da, Sabrina Evangelhista Medeiros, Alexander Vianna. *Dicionário do Pensamento Político de Direita - ideias, instituições e personagens*. Rio de Janeiro: Faperj/Mauad/Tempo, 2000.

Sutil, Sofia Correa. *Com las riendas del poder - la derecha chilena em el siglo XX*. Santiago: De bolsillo, 2011 (2005).

Tal, Tzvi. *Pantallas y revolución – una visión comparativa del cine de liberación y del cinema novo*. Buenos Aires, Lumiere; Israel, Universidad de Tel Aviv, 2005.

Thorp, Rosemary. “As economias Latino-Americanas, 1939-1950”. Em *A América Latina após 1930*, org. Leslie Bethell. São Paulo: EDUSP, 2005, v.VI.

Valdés, Jorge Alberto Tapia. *El terrorismo de Estado: la doctrina de la seguridad nacional en el Cono Sur*. México (DF): Ediorial Nueva Imagen, 1980.

Velasco e Cruz, Sebastiao, Andre Kaysel, Gustavo Cudas, organizadores. *Direita, volver! : o retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

Videla, Primera Cadena Nacional, 1976. Archivo Histórico RTA. YouTube, 46”. <https://www.youtube.com/watch?v=IAmbhpxPJtg>.

Zárate, Verónica Valdivia Ortiz. *Nacionales y Gremialistas – El parto de la nueva derecha política chilena, 1964-1973*. Santiago: Lom, 2008.

Zárate, Verónica Valdivia Ortiz, e Rolando Álvarez Vallejos, Julio Pinto. *Su revolución contra nuestra revolución – Izquierdas y derecha em el Chile de Pinochet (1973-1981)*. Santiago: LOM Ediciones, 2006.

“2ª Reunião do Alto Comando das Forças Armadas. 1969”. FGV - Acervo pessoal de Antonio Carlos Murici: Série Atuação Político Militar (1936-1979), código ACM 69.06.26 pm – cod/microf. Rolo 02 – 240 a 278.

\*\*\*

Recebido: 18 de julho de 2020

Aprovado: 04 de setembro de 2020